

Ação Mulheres por reparação das dívidas sociais

Sem perder a ternura

Orientações da Rede Jubileu Sul
Brasil para ações com crianças e
adolescentes



Para trabalhar com crianças e adolescentes em projetos sociais valem algumas reflexões que podem ser consideradas princípios norteadores.

Na perspectiva sociopedagógica é super importante que o trabalho seja construído e vivido a partir do conhecimento do território em que as crianças e adolescentes vivem (cultura, dinâmica cotidiana, escolaridade, entre outros marcos); do domínio dos direitos previstos no ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente; do entendimento de elementos importantes na integralidade dos indivíduos, tais como questões relacionadas à gênero, à raça/etnia, às religiosidades no contexto do Estado laico e na promoção dos Direitos Humanos.

Espera-se que educadoras/es populares, articuladoras/es, mobilizadoras/es, arte educadoras/es e psicólogas/os sociais - com funções e saberes específicos e complementares - possuam um acervo de recursos metodológicos. São diversos os olhares sobre as crianças e os adolescentes cuja integração dos mesmos permitirá resultados afinados com a proposta da ação que o Jubileu Sul Brasil está propondo. Inclusive considera-se oportuno e recomendamos a leitura da Política de Proteção de Crianças e Adolescentes como parte do Código de Ética e Conduta para todos/as que forem atuar com este público específico.

No processo de formação da cidadania, em exercício coletivo, e da construção da autonomia de crianças e adolescentes, alguns pressupostos devem ser considerados quando os grupos privilegiados pelas oficinas (as cirandas, por exemplo) são compostos ora só de crianças; ora só de adolescentes; ou grupos mistos compostos de crianças e adolescentes.

O ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente considera criança a pessoa até 12 (doze) anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre 12 (doze) e 18 (dezoito) anos de idade (Art. 2º).



Aplica-se excepcionalmente o ECA às pessoas entre (18) dezoito e 21 (vinte e um) anos de idade (Art. 1º. Parágrafo Único).

Nesta ação onde propomos atividades com crianças e adolescentes referencia-se enquanto co-artífice a educativa popular na perspectiva da construção de cidadãos e cidadãs portadores de direitos, onde se incluem o direito de ser criança, o direito à educação de qualidade, o direito à moradia digna e segura, entre outros direitos, previstos na Constituição e no ECA.

Trabalhar com crianças e adolescentes pressupõe parcerias e vínculos de confiança com os/as seus/suas responsáveis. Na maioria dos lares brasileiros são as mães. É importante ter em perspectiva que o trabalho para o qual os/as seus filhos e filhas são convidados/as a participar não compete e não substitui nem a família nem a escola.

Torna-se crucial que os/as responsáveis nos territórios (articuladoras/es, mobilizadoras/es, arte educadoras/es e psicólogas/es sociais) tenham conhecimento das condições de vida das crianças, onde se incluem a qualidade da moradia e da alimentação; a saúde (onde se incluem as vacinas para a faixa infantil); se estão ou não na escola (se não estão entender o porquê); os arranjos familiares onde se inserem; os equipamentos públicos direcionados a esses segmentos, seja no local ou de referência na cidade. Importante conhecer o projeto das escolas e até estabelecer parceria com as mesmas.

As cirandas buscam proporcionar o lúdico como ferramenta de ação, educar aprendendo com brincadeiras que podem chamar os sujeitos crianças e adolescentes à sua totalidade traduzida no amálgama corpo-mente-emoções. A ideia é a de que o trabalho contribua para que os segmentos exerçam a descoberta de si mesmo, dos seus corpos, dos corpos dos demais, do corpo social a que pertencem e o seu lugar no mundo enquanto e como sujeitos fundamentais para a coletividade no reconhecimento das diferenças. Coletivo de cidadãos e cidadãs.

Respeito, afeto, amizade, solidariedade e ética são valores que podem ser apresentados às crianças e aos adolescentes de forma criativa e expressiva, fundamentais na construção de cada indivíduo, além da possibilidade de contribuir na socialização com os/as demais de todas as faixa etárias e com o mundo que os/as cercam. Noções de meio ambiente devem ser abordadas, desde o ambiente da moradia ao ambiente escolar, ambiente da comunidade e do entorno. A defesa incondicional a uma vida sem violência seja familiar, seja institucional.

A infância e a adolescência são fases em que as diferenças afloram: meninas, meninos, negros e negras, indígenas, LGBTQIAP+, portadores/as de deficiências, religiosidades e credos, formas de agir. Momentos ideais para que a essência do trabalho seja a construção da consciência de que a igualdade pressupõe a aceitação e o respeito às diferenças. O trabalho deve ser realizado na perspectiva da inclusão, da agregação e da coletividade. As diferenças consideradas riquezas.

Quem trabalha com crianças e adolescente é responsável por garantir, nas ações, espaços seguros na perspectiva física e psicológica. A responsabilidade, com cuidado e ternura demanda a necessidade de conhecer o perfil das pessoas (educadoras/es) que desenvolverão a ação, comprovando suas referências e idoneidade. A princípio pode parecer desnecessário, mas temos consciência e comprovação, através de relatos e notícias cotidianas, de violências diversas contra esses segmentos. Melhor ficarmos bem atentas/os.

A ludicidade é ferramenta fundamental. A brincadeira precisa ser resgatada e preservada. Do que gostam de brincar? O lúdico ao privilegiar a criatividade e a imaginação permite abrir novos caminhos para a aprendizagem e amplia horizontes. Como diz o compositor: “brinque de ser sério e leve a sério a brincadeira” (Rita Lee). O lúdico facilita a explicitação de sentimentos, crenças, valores e gestos, cria possibilidades coletivas de entendimento, questionamento e de criação de estratégias para modificar situações (escola de todos..).

A adolescência é uma fase importante na formação da pessoa, do jovem e do adulto. O tratamento aos adolescentes precisa estar coerente com esta fase da vida destes sujeitos.

São seres em plena ebulição vivendo inúmeras transformações físicas, psíquicas, intelectuais e comportamentais sempre buscando seu lugar na sociedade. Um período marcado por um sentimento de urgência de afirmação de uma identidade. É uma fase de conflitos, fantasias, euforias e tristezas. E as meninas começam a viver o ciclo menstrual, um tabu em várias culturas; muitos/as já vivem a sexualidade e é realidade o significativo número de adolescentes grávidas e que demandam cuidados específicos.

Crianças se aproximam de adolescentes porque querem crescer; adolescentes se afastam de crianças porque não querem com elas ser confundidos. Como criar espaços, tempos e metodologias para trabalhar com estas duas faixas – juntas - demarcadas por tantas diferenças?

A primeira oficina deveria ser de vivência, para quem trabalhará com esses segmentos, a partir da “pergunta geradora”: como vivi a infância e a adolescência?

São esses os pressupostos metodológicos das cirandinhas que deveriam servir de mote, através de oficinas e dinâmicas usando brincadeiras de roda, recursos cênicos, colagens, pinturas considerando a perspectiva cultural local (ritmos, instrumentos, cantigas, músicas populares, rodas etc.).

Cada oficina deverá reservar um tempo para integração, descontração, brincadeira; tema definido; objetivos; etapas de desenvolvimento - garantido o espaço para reflexão, perguntas e esclarecimentos - que compreendam e assimilem os conhecimentos adquiridos e, ao final, informações que deverão ser repassadas de forma clara para todas as crianças e adolescentes.

Ação Mulheres por reparação das dívidas sociais

Realização



Parceria



Apoio

